



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013

<b>JORNAL DO COMMERCIO</b> Varejo busca apoio para crescer mais ..... ECONOMIA	1
<b>JORNAL DO COMMERCIO</b> Veículos novos..... ECONOMIA	2
<b>A CRITICA</b> Estudo de Dieese..... ECONOMIA	3
<b>A CRITICA</b> 2013, tempo de despertar..... ECONOMIA	4
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Arrecadação do Amazonas atinge saldo de R\$ 7,1 bi..... ECONOMIA	5
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Com anistia e parcelamento de tributos, arrecadação sobe..... ECONOMIA	6

## Varejo busca apoio para crescer mais

Por Emyle Araújo

Entidades ligadas ao comércio da capital amazonense avaliam que 2013 deve ser melhor do que 2012, com crescimento estimado entre 3% e 5% do setor. Para o presidente da Fecomércio/AM (Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Amazonas), José Roberto Tadros, o principal combustível para os resultados positivos estão baseados nos ajustes do Governo Federal.

"As reformas trabalhista e tributária devem ser prioridade no ano que se inicia", destaca o representante. Segundo ele, o país não atendeu às expectativas de 2012 sobre os avanços prometidos. "O ritmo deve ser acelerado com a Copa do Mundo de 2014 e com as eleições", adianta Tadros.

O presidente da ACA (Associação Comercial do Amazonas), Ismael Bichara, também aposta nas melhorias governamentais. No entanto, ao contrário dos representantes de outras entidades amazonenses, não arrisca palpites de muito crescimento. "O setor comercial não deve

ultrapassar 1% em relação ao ano anterior", comenta.

Embora os números não tenham apresentado prejuízos, 2012 foi um ano de constantes superações. "Depois do susto com a maior cheia do rio Ne-

gro, o comércio demorou a se restabelecer, principalmente para os comerciantes do Centro de Manaus", lembra o assessor econômico da Fecomércio/AM, José Fernando Pereira da Silva.

Outro ponto destacado entre os representantes da categoria em Manaus foi a redução de burocracia, tanto para empresários quanto para o consumidor. A facilidade de acesso ao crédito foi questionada entre comerciantes e industriários durante todo o ano passado, já que os Bancos dificultaram a liberação para a população, que se viu obrigada a consumir menos.

Segundo o presidente da CDL-Manaus (Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus), Ralph Assayag, a tendência é manter o ritmo acelerado no comércio para os próximos meses. "Dezembro foi um mês que superou as expectativas dos comerciantes e pretendemos manter o alto índice de consumo", comenta.

A Medida Provisória 579/12 também foi citada por Assayag, que aposta no maior consumo devido a redução na conta de luz em todos os estados brasileiros. "Essa é uma das contas que mais preocupam os amazonenses. Se a população conseguir economizar, será mais uma vantagem para o comércio", diz.

Veículos novos

# Desconto no IPI já está menor

Modelos populares, com motor 1.0, passaram a recolher 2% de imposto, num processo gradual

O desconto no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para carros, que terminaria na segunda-feira(1º), vai diminuir aos poucos até a alíquota normal ser retomada, em julho. Desde ontem, modelos populares, com motor

1.0, que estavam com alíquota zerada, passaram a recolher 2% de imposto. Em abril (até junho), o imposto subirá para 3,5%.

A previsão do governo é que a alíquota cheia de 7% seja restabelecida em julho. Carros com motores de 1.0 a 2.0 (flex), que

até dia 31 estavam com alíquota de 5,5%, agora terão imposto de 7% até março. O percentual será reajustado para 9% em abril e pode voltar a 11% em julho.

No dia 19 de dezembro, quando o governo federal anunciou que o desconto seria

retirado gradualmente, o presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), Cledorvini Belini, afirmou que haveria "impacto nos preços a partir de janeiro".

Em 2012, o governo decidiu dar desconto no IPI em maio, devido à alta nos estoques de carros nos pátios das montadoras e nas lojas. Como resultado, o mês de agosto passado foi o melhor para vendas de veículos em todos os tempos. O desconto no IPI para máquinas de lavar permanecerá

até fevereiro. Está mantida a alíquota de 10%, ante os 20% incidentes regularmente.

O desconto para móveis também só muda em fevereiro. Este mês, móveis e painéis terão IPI zero, passando para 2,5% entre fevereiro e junho. A previsão é que em julho retornem à alíquota cheia de 5%. A renúncia fiscal estimada para 2013 com o desconto do IPI é de R\$ 2,063 bilhões no caso dos veículos, R\$ 550 milhões na linha branca (máquinas de lavar e tanquinho) e R\$ 650 milhões nos móveis.

IPI			
Governo mantém redução			
ALÍQUOTAS (%)			
<b>VEÍCULOS</b>			
	ALÍQUOTA REDUZIDA	JAN-MAR/13	ABR-JUN/13
Carro 1.0	0,0	2,0	3,5
Carro 1.0 a 2.0 (flex ou álcool)	5,5	7,0	9,0
Carro 1.0 a 2.0 (gasolina)	6,5	8,0	10,0
Utilitários	1,0	2,0	3,0
Caminhões	0,0	0,0	0,0
<b>LINHA BRANCA</b>			
	ALÍQUOTA REDUZIDA	JAN/13	FEV-JUN/13
Fogão	0,0	0,0	2,0
Máquina de lavar	10,0	10,0	10,0
Geladeira	5,0	5,0	7,5
Tanquinho	0,0	0,0	2,0
<b>MÓVEIS</b>			
	ALÍQUOTA REDUZIDA	JAN/13	FEV-JUN/13
	0,0	2,5	5,0

FONTE: Ministério da Fazenda

31/01/2013

## Estudo de Dieese

# Salário mínimo impacta R\$ 32 bi

---

Esse é o valor que vai incrementar a economia

---

SÃO PAULO (AE) - O reajuste de 9% do salário mínimo, que passa de R\$ 622 para R\$ 678, representará incremento de R\$ 32,7 bilhões de renda na economia ao longo do ano, segundo cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Estima-se que 45,5 milhões de brasileiros têm rendimento referenciado no salário mínimo. Com isso, a arrecadação tributária sobre o consumo deverá crescer R\$ 15,9 bilhões

em 12 meses, estima o Dieese.

Já o impacto do aumento do salário mínimo nas contas da Previdência, conforme o Dieese, deverá representar um custo adicional ao ano de R\$ 15 bilhões.

O reajuste do mínimo leva em consideração à variação do Produto Interno Bruto (PIB) de 2011, de 2,73%, mais a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que, para o estabelecimento do valor, foi estimada em 6,10%.

## 2013, tempo de despertar

Maurício Loureiro, presidente do Conselho Superior do CIEAM (Centro da Indústria do Amazonas) e diretor da Technos, enviou a um grupo de empresários com os quais se mantém conectado via internet, preocupante matéria publicada pela revista Exame, em 26 de dezembro passado, a respeito do desempenho comercial da Semp Toshiba. Segundo o relato, a empresa amazonense "encolheu 36% desde seu ápice, em 2007". Medidas de contenção em diversas áreas operacionais, adotadas desde 2008, não vêm conseguindo reverter desvantagens competitivas amargadas frente a forte presença no mercado de fabricantes asiáticos. Custos de produção menores, descontos especiais, verbas publicitárias diferenciadas, são alguns dos fatores comerciais que a distanciam de seus

concorrentes. Em resultado, segundo Exame, "a marca está sumindo das prateleiras" de grandes magazines como Casas Bahia (maior varejista do ramo); Walmart, Carrefour e Lojas Americanas. Artigo do presidente da FIEAM, Antonio Silva, publicado em 26 de novembro passado, em A Crítica, observa os efeitos sobre o PIM decorrentes da liderança que vem assumindo, de forma contundente, os produtos asiáticos junto ao mercado brasileiro. Termos de reconhecer, ele escreveu, "que no Amazonas não fomos previdentes, não procuramos viabilizar alternativa que diminuísse nossa dependência aos estímulos fiscais da Zona Franca de Manaus". Silva, por outro lado, exorta a necessidade de "busca por alternativas econômicas para construir uma nova trajetória de



desenvolvimento". No período 1960/80, o modelo econômico tinha por centro política de substituição de importações estruturada sobre uma economia fechada. De fato, a implantação da Lei de Informática, em 1984, chegou a receber apoio entusiástico da sociedade e de entidades ligadas ao setor, como ABICOMP (associação dos fabricantes nacionais de computadores) e SBC (entidade representante dos professores universitários de informática). As consequências foram avassaladoras. O país perdeu a capacidade de acompanhar a evolução tecnológica mundial e, por isso, a indústria nacional regrediu, expondo-se, irreversivelmente e de forma desvantajosa à concorrência dos Tigres Asiáticos. Gradiente e CCE, esta vendida em setembro do ano passado à

transnacional chinesa Lenovo, já vinham sentindo há muito tempo os efeitos da concorrência frente aos gigantes coreanos. De acordo com Exame, a despeito de a Semp Toshiba haver dobrado o número de funcionários para 37400 e investido pesado em marketing, "as vendas caíram para 400 milhões no ano passado. Com custos maiores, a margem foi embora". Observe-se a propósito que, no auge da Reserva de Mercado, final dos anos 1980, empresas como CCE e SHARP chegaram a registrar em seus quadros mais de sete mil empregados cada. O PIM precisa juntar-se ao governo do Estado e Suframa, com apoio de suas entidades representativas de classe (FIEAM e CIEAM), e investir em abrangente e definitivo diagnóstico sobre o quadro do mercado nacional e externo. E

tentar viabilizar o encontro de fórmulas de ajustamento do parque industrial local ao perfil tecnológico asiático. Creio estarmos diante de quadro semelhante ao desenhado por Claudio de Araújo Lima em seu monumental romance histórico "Coronel de Barranco" em relação ao início da produção de borracha nos seringais de cultivo do Oriente. Enquanto, por volta de 1905, assinala a obra, a região produzia entre 30 e 40 mil toneladas da goma elástica, a Malásia registrava desprezíveis 40 toneladas. Governo e seringalistas zombavam desse número, pois jamais poderiam admitir que o quadro pudesse vir a se inverter em tão curto espaço de tempo. Com efeito, por volta de 1918 a produção malaia já ultrapassava 200 mil toneladas, enquanto a nossa resumia-se a menos de 30 mil toneladas. E o pior, vendida a preço vil. O Brasil acordou tarde demais para esta dramática realidade: a galinha dos ovos de ouro já morrera. Um feliz e próspero 2013 a todos.

### Arrecadação do Amazonas atinge saldo de R\$ 7,1 bi

**RICHARD RODRIGUES**  
Equipe EM TEMPO

**O** Amazonas fechou 2012 no "azul". Entre janeiro e dezembro do ano passado, entraram nos cofres públicos amazonenses R\$ 7,1 bilhões. O montante é 10,9% superior ao registrado no mesmo período de 2011, quando, por meio do recolhimento de tributos, a arrecadação estadual atingiu R\$ 6,4 bilhões, segundo dados da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz).

Do montante recolhido pelo Estado, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) respondeu por R\$ 6,8 bilhões, valor 15,9% su-

perior ao alcançado em 2011. Ainda no que diz respeito ao recolhimento do ICMS, a indústria levou a melhor e foi o maior contribuinte dos cofres públicos no ano passado, respondendo por quase R\$ 3 bilhões (R\$ 2.961.698.409). O valor da contribuição do setor subiu 3,5% em relação ao atingido em 2011.

Em segundo lugar figurou o setor comercial entre os maiores contribuintes para os cofres públicos. No período o segmento destinou para o Estado pouco mais de R\$ 2,9 bilhões (R\$ 2.919.375.086). O valor foi 20,8% superior à contribuição feita entre janeiro e dezembro de 2011, cujo valor foi de R\$ 2,4 bilhões. Já as empresas de

#### RESULTADOS

**A maior fatia de contribuição aos cofres estaduais ficou com a indústria amazonense, que no ano passado, destinou quase R\$ 3 bilhões. Atrás, ficou o comércio que contribuiu com R\$ 2,9 bilhões**

serviços pagaram em impostos ao Estado R\$ 737,5 milhões em 2012, enquanto no ano anterior o montante direcionado aos cofres estaduais foi de R\$ 628,2 milhões.

Além do ICMS, também tiveram peso no valor arrecadado

pelo Estado, em 2012, o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), que contribuiu com R\$ 352,8 milhões para a arrecadação estadual, seguido pelo Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) (R\$ 197,5 milhões). Também tiveram participação na arrecadação amazonense o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) (R\$ 5,3 milhões) e outras taxas (R\$ 3,5 milhões).

#### 'Extrato'

No primeiro mês de 2012, a arrecadação estadual somou R\$ 503,3 milhões. Até o mês de maio o recolhimento de imposto permaneceu na casa dos R\$ 500 milhões (R\$ 522 milhões em fevereiro, R\$

504,6 milhões em março, R\$ 589,2 milhões em abril e R\$ 564 milhões em maio). No último mês do primeiro semestre, o valor registrado pelo Estado superou R\$ 600 milhões (R\$ 639 milhões).

No mês de julho a arrecadação estadual somou R\$ 600 milhões enquanto em agosto entraram nos cofres públicos, por meio de pagamento de impostos, R\$ 611,7 milhões. Em setembro o montante atingiu R\$ 710,4 milhões, o segundo melhor resultado obtido no acumulado de 2012, já em outubro a arrecadação registrada foi de R\$ 598,7 milhões.

Em novembro a arrecadação estadual teve o seu melhor

desempenho e superou a casa dos R\$ 700 milhões, alcançando R\$ 746,2 milhões. E, para fechar 2012, o Estado recolheu, no último mês do ano por meio de tributos, R\$ 587 milhões.

Sobre o melhor desempenho da arrecadação estadual no ano passado, que ocorreu em novembro, o secretário da Sefaz, Afonso Lobo, informou que o resultado foi atípico. "Por conta das remissões adotadas pelo governo amazonense, foram recuperados aproximadamente R\$ 81 milhões, o que impulsionou o valor de impostos recolhidos naquele período", justificou o secretário, que comentará hoje os dados da arrecadação registrada em 2012.

## Com anistia e parcelamento de tributos, arrecadação sobe

▼ Receita administrada pela Sefaz teve aumento de R\$ 1,1 bilhão no ano passado

TEXTO Daisy Melo  
FOTO Sandro Pereira/02/12/12

MANAUS

A arrecadação de juros, multas e de débitos de dívida ativa aumentou 251% em 2012. No total, foram R\$ 182 milhões recolhidos a mais em comparação ao ano anterior. O elevado incremento foi motivado, principalmente, pela Lei de Anistia, que estimula o pagamento de débitos no Estado com a oferta de vantagens.

Em 2012, foram arrecadados R\$ 254 milhões com multas de auto de infração, débito em atraso, juros e débitos inscritos de dívida ativa. No anterior, o volume foi de R\$ 72 milhões. "Esse crescimento se deve à Lei de Anistia que o Estado aprovou e concedeu parcialmente para quem recolheu seus débitos", explicou o titular da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz/AM), Afonso Lobo.

### Receita total

Somada toda a receita administrada pela Sefaz/AM (tributária, contribuições, multas, juros e débito de dívida ativa), o aumento nominal foi de 14,8%, o equivalente a R\$ 1,1 bilhão. Das três projeções para o ano (básica, central e superior), o aumento ficou próximo à estimativa máxima, que era de 15%. A arrecadação saltou de R\$ 7,4 bilhões para R\$ 8,5 bi.



**FISCO**  
A arrecadação total do Estado saltou de R\$ 7,4 bilhões para R\$ 8,5 bilhões

Na arrecadação de ICMS, principal fonte de receitas do Estado, o comércio se destacou, com aumento de 17,7% em 2012

"Foi alcançada a estimativa básica para 2012 era de 10%, a central de 12% e a superior 15%. No conjunto praticamente conseguimos a meta superior e na tributária a central", avaliou o secretário. Em ter-

mos reais, ou seja, descontada a inflação, a alta foi de 8,68%.

### Outras receitas

Considerando apenas a arrecadação tributária, o incremento chegou a 12,06%. O re-

### OS NÚMEROS

**20%**

▼ é a estimativa máxima de alta da receita administrada pela Sefaz/AM em 2013. Caso seja alcançada a projeção de índice da atividade econômica de 3% a 3,5%, a arrecadação estadual prevista é de 17% a 20%.

colhimento de impostos e de taxas chegou a R\$ 7,1 bilhões contra R\$ 6,4 bilhões no ano anterior. Do montante, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) representou a maior fatia, 92,2%.

No ano passado, a arrecadação de ICMS no Estado somou R\$ 6,6 bilhões, enquanto que em 2011 o montante foi de R\$ 5,9 bilhões. O recolhimento desse imposto no comércio teve o maior incremento de um ano para outro (17,7%). A indústria teve o menor crescimento (5,5%). O ICMS nesse segmento foi de R\$ 2,9 bilhões.

Já a arrecadação com as contribuições aumentou 15,96% no ano passado. Em 2011, o montante recolhido somou R\$ 967 milhões, enquanto que no ano passado alcançou R\$ 1,1 bilhão, o equivalente a um incremento de R\$ 154 milhões.